



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Portaria nº. 3.153/2010

Institui o Procedimento de Uniformização da Orientação Jurídica a ser observada nos processos administrativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O **Presidente do Tribunal de Justiça**, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o princípio da duração razoável dos processos administrativos, assegurada no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal;

Considerando que a morosidade na solução dos processos administrativos inviabiliza a efetiva satisfação de direitos fundamentais;

Considerando que a Diretoria Geral da Secretaria possui atribuição de elaborar, por determinação superior, ordens de serviço, pareceres, informações e outros atos necessários às decisões relacionadas à área administrativa, de informática, financeira e judiciária, nos termos da Resolução nº. 55/2009;

Considerando que a padronização de procedimentos e a uniformização de entendimentos por meio de ordens de serviço e pareceres normativos constituem medidas voltadas a assegurar a célere tramitação dos processos administrativos; e

Considerando que, geralmente, os pedidos relacionados exclusivamente com a gestão de pessoal são matérias unicamente de direito, dependendo tão somente da observância dos requisitos objetivamente estabelecidos por lei, mediante simples análise documental;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o Procedimento de Uniformização de Orientação Jurídica a ser observada nos processos administrativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Art. 2º Cabe à Diretoria Geral da Secretaria, por meio de consulta à Assessoria Jurídica da Presidência, a elaboração de instrumentos de uniformização das decisões administrativas relativamente às matérias relevantes e controvertidas ou com potencial efeito multiplicador, de ofício ou quando suscitadas pelas demais Diretorias deste Tribunal de Justiça, no sentido de padronizar procedimentos e uniformizar entendimentos.

§ 1º. Para os fins desta portaria, entende-se por instrumentos de uniformização:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

I – ordem de serviço: regras gerais e abstratas destinadas aos subordinados sobre a maneira de se realizar determinado serviço;

II – parecer normativo: orientação aprovada pelo Presidente deste Tribunal como norma de procedimento interno ao qual se confere eficácia geral e abstrata para a Administração, dispensando seus agentes de reproduzirem as motivações, se forem as mesmas nele examinadas; e

III – minuta padronizada: instrumento aprovado por ato do Presidente, destinado à consolidação de cláusulas e condições gerais aplicáveis aos editais, contratos, convênios e outros atos administrativos.

§ 2º Quando a matéria suscitada interessar a outras unidades administrativas deste Tribunal, estas serão notificadas para participar do procedimento, manifestando seu entendimento.

§ 3º Havendo fundadas razões de interesse público que o justifique, o Diretor que suscitar a controvérsia poderá autorizar o sobrestamento dos processos administrativos que tratem da mesma matéria até a solução final do incidente.

Art. 3º Compete aos Diretores deste Tribunal a elaboração de ordem de serviço e ao Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência, os pareceres normativos e as minutas padronizadas.

Art. 4º Os instrumentos de uniformização de orientação jurídica previstos nesta Portaria poderão ser revisados, alterados ou cancelados a qualquer tempo, observado o mesmo procedimento adotado para sua edição.

Art. 5º Cada Diretor, relativamente à matéria afeta a sua competência, dará imediata aplicação ao entendimento uniformizado por parecer normativo, sem a necessidade de prévia instrução do processo, ficando sujeito às sanções administrativas, civis e penais em razão dos prejuízos decorrentes da adoção de entendimento contrário.

Art. 6º Em caso de omissão nesta Portaria, os conflitos serão resolvidos pela Presidência desta Corte.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 19 de agosto de 2010.


Desembargador JAMIL DE MIRANDA GELEON NETO
Presidente